

**ESTRUTURA ARGUMENTAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
PERDAS E ALINHAMENTOS INOVADORES NOS SISTEMAS
PRONOMINAL E PREPOSICIONAL**

**ARGUMENT STRUCTURE IN BRAZILIAN PORTUGUESE:
INNOVATIVE LOSSES AND ALIGNMENTS IN THE PRONOMINAL
AND PREPOSITIONAL SYSTEMS**

HELOISA MARIA MOREIRA LIMA SALLES
Universidade de Brasília
heloisasalles@gmail.com

MARIA APARECIDA TORRES MORAIS
Universidade de São Paulo
torres.mariacida@gmail.com

Neste artigo, propomo-nos investigar a expressão variável da estrutura argumental em predicados ditransitivos e monotransitivos no português brasileiro (PB). Partimos dos fatos do português europeu (PE), os quais evidenciam o estatuto do objeto indireto como um argumento aplicado. Adotando um cenário comparativo, introduzimos os fatos do PB. Identificamos alinhamentos inovadores no sistema de preposições, bem como reanálises no sistema pronominal, em que clíticos são substituídos pelas formas fortes/pletas dos pronomes introduzidas por preposição. Concluímos que o PB realiza OI primordialmente como um oblíquo introduzido pela preposição *para*, admitindo restritamente estruturas DOM. Essa perspectiva inovadora permite uma abordagem mais refinada das estruturas ditransitivas do PB, em termos da abordagem teórica de Manzini e Franco (2016), em que OI em predicados ditransitivos e estruturas DOM são unificados como categorias oblíquas, introduzidas por um núcleo relacional lexicalizado por preposição. Em predicados monotransitivos, porém, a perspectiva construcionista leva ao reconhecimento da possibilidade de atuação de um núcleo aplicativo na introdução e licenciamento do argumento interno, nos termos propostos em Pineda (2013, 2014), para o espanhol e catalão.

Palavras-chaves: estrutura argumental, predicados ditransitivos, marcação diferencial do objeto, português brasileiro

In this article, we investigate the variable expression of argument structure in Brazilian Portuguese (BP), in ditransitives and monotransitive predicates. We start from the facts of European Portuguese, in which the indirect object is expressed as an applied argument. Adopting a comparative scenario, we introduce the facts about BP, in which innovative alignments in the prepositional system arise as well as a number of reanalyses in the pronominal system in which clitics are substituted for full pronouns introduced by a

preposition. We conclude that IO in BP are realized as obliques introduced by the preposition *para* (to), restrictively allowing DOM structures. These innovative properties point to a more refined approach to the facts of BP, in terms of Manzini and Franco's (2016) projectionist view, which unifies IO in ditransitive predicates e DOM predicates as oblique categories introduced by a relational head lexicalized by prepositions. In monotransitive predicates, though, a constructionist perspective may lead to an analysis in which an applicative head is at stake introducing and licensing the internal argument, as proposed in Pineda (2013; 2014) for Spanish and Catalan.

Key-words: argument structure, ditransitive predicates, *Differential Object Marking*, Brazilian Portuguese

Recibido: 11 agosto 2020

Aceptado: 15 octubre 2020

1. INTRODUÇÃO

A estrutura argumental é uma propriedade dos predicados, que se manifesta na realização dos argumentos na estrutura oracional. Sua caracterização tem sido objeto de várias abordagens, a depender dos pressupostos teóricos adotados. As análises das propriedades da estrutura argumental são unânimes no entendimento de que os argumentos podem ocorrer em posições distintas na estrutura sintática. Tais possibilidades podem ser observadas em uma mesma língua, o que remete ao fenômeno da alternância sintática, ou se distribuem restritivamente em diferentes línguas, o que constitui uma forma de distinguir os sistemas gramaticais.

No âmbito da teoria gerativa, a variação translinguística nos sistemas gramaticais é determinada por parâmetros, bem como pelos princípios da Gramática Universal. Assumindo-se a perspectiva do programa minimalista, as condições que determinam a distribuição dos argumentos na estrutura do predicado devem ser analisadas em termos das operações do sistema computacional sobre os traços formais das categorias que constituem o léxico da língua (Chomsky 1995).

Neste artigo, propomo-nos investigar a expressão variável da estrutura argumental no português brasileiro (PB), no contexto de predicados ditransitivos e monotransitivos. Enfatizamos que as inovações no sistema de preposições e no uso das formas pronominais, clíticas e oblíquas, são fundamentais para colocar o PB numa posição interessante no cenário românico, em particular, quando comparado ao português europeu (PE).

Como se sabe, os desafios impostos as teorias que tratam da estrutura argumental dos denominados verbos ditransitivos, por exemplo, podem ser identificados, *grosso modo*, dentro de duas perspectivas teóricas. A primeira delas tem uma visão projecionista de como se define a relação entre o léxico e a sintaxe, de modo que a estrutura de argumento decorre da semântica lexical do verbo. Os verbos selecionam os papéis temáticos específicos, os quais são associados a frases nominais (DPs) ou preposicionais (PPs), projetadas em determinadas posições sintáticas. A segunda delas, denominada construcionista, está ancorada originalmente na abordagem da estrutura argumental de Hale y Keyser (1993, 2002), no sentido de que a representação da estrutura de argumentos e a estrutura de eventos decorre do pressuposto de que a sintaxe

determina o léxico, possibilitando que núcleos funcionais possam ser introdutores de argumentos, uma vez que nem todos eles são selecionados pela raiz verbal.

O que esse debate evidencia é que a expressão sintática da estrutura argumental pode ser analisada por diferentes pontos de vista teóricos. No presente estudo, não nos propomos a uma avaliação direta das diferentes formas de abordar a estrutura de argumentos. Antes, desejamos mostrar que as questões colocadas pelos dados do PB, relacionadas às estruturas ditransitivas e monotransitivas podem receber tratamentos teóricos que superam a dicotomia rígida entre as duas visões acima mencionadas.

O texto está organizado da seguinte forma. Na seção 2, com base em Torres Morais e Salles (2010; 2016; 2019), propomos uma abordagem sintática da estrutura argumental no português europeu (PE). Para tanto, identificamos, nas sentenças ditransitivas, a projeção de um núcleo aplicativo baixo como introdutor de argumento, num conjunto de verbos que expressam eventos dinâmicos. Apresentamos evidências de natureza morfossintática e semântica para a hipótese de que o objeto indireto (OI) é um argumento aplicado, comportando-se como DP e não como PP. Salientamos igualmente uma implicação mútua entre clíticos dativos de 3ª pessoa e a preposição *a*, marcadora de caso. Nesse contexto, destaca-se a noção de caso inerente no licenciamento do DP aplicado. Na seção 3, tratamos das estruturas ditransitivas no português brasileiro (PB). Constatamos que as mesmas revelam perdas e inovações marcantes relacionadas aos sistemas pronominal e preposicional, as quais nos permitem aventar a hipótese da perda da gramática aplicativa no PB, no contexto dos verbos ditransitivos, tanto na expressão pronominal de 3ª pessoa, quanto na forma preposicional marcadora de caso. O que temos é o uso das preposições lexicais, *a* e *para*, e pronomes pessoais oblíquos. Na seção 4, investigamos os dados do PB em termos da abordagem teórica de Manzini e Franco (2016), que unifica OI em predicados de transferência e estruturas DOM como categorias oblíquas, em termos da presença de um núcleo relacional lexicalizado por preposições. Em seguida, consideramos a abordagem de Pineda (2013, 2014), que analisa o OI em tais estruturas como argumentos *meta* aplicados na projeção de um núcleo funcional aplicativo. Concluímos que o PB realiza OI primordialmente como um oblíquo introduzido pela preposição *para*, admitindo também estruturas DOM. Tais propriedades podem ser modeladas na projeção do núcleo de inclusividade ou como argumentos aplicados. Na seção 5, apresentamos as considerações finais.

2. ESTRUTURAS DITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS EUROPEU

2.1. Argumentos aplicados e argumentos preposicionados

Torres Morais e Salles (2010, 2016, 2019) apresentam evidências de natureza sintática e semântica para a hipótese de que, no português europeu (PE), o objeto indireto (OI) se expressa morfologicamente com caso dativo. Na sua expressão nominal, é introduzido pela preposição *a*, um marcador de caso dativo. Na expressão pronominal, pelos clíticos dativos de 3ª pessoa *lhe/lhes*. O OI dativo pode ser introduzidos num amplo conjunto de contextos verbais, incluindo verbos de transferência (1a-b); verbos de criação (1c); predicados dinâmicos (1d-e) e estativos (1f-g).

1. a. O João deu-lhe um colar. (à namorada)
- b. O João roubou-lhe o relógio. (ao Pedro)

- c. A Maria preparou-lhe um delicioso jantar. (ao amigo)
- d. O médico examinou-lhe a garganta. (ao menino)
- e. O Pedro lavou-lhe o carro. (à vizinha)
- f. O psicanalista interpretou-lhe os sonhos. (ao Pedro)
- g. A Maria admira-lhe o talento. (ao João)

Nesses contextos, o OI dativo recebe diferentes papéis temáticos: (i) meta/recipiente (1a-b); (ii) fonte(1c); (iii) beneficiário (1d)); (iv) possuidor (1e-h).

Na presente seção vamos focalizar estruturas ditransitivas no contexto de verbos de transferência e movimento como *dar*, *levar*, *mandar*, etc, e verbos de criação como *construir*, *desenhar*, *pintar*, etc. Nos estudos anteriores, acima mencionados, propusemos que o OI dativo no PE evidencia as propriedades semânticas e morfossintáticas de um argumento aplicado, introduzido por um núcleo aplicativo baixo, nos moldes do proposto por Pytkäinen (2002, 2008), para a construção de objeto duplo (DOC) do inglês. Em particular, tomamos como base os refinamentos propostos por Cuervo (2003) na sua abordagem das estruturas ditransitivas do espanhol. Assumimos que o aplicativo é projetado abaixo da frase verbal e denota uma relação possessiva entre duas entidades: objeto direto e o argumento aplicado (2). Um ponto importante a ser destacado é que essa análise assume que a pronominalização do OI pelos clítico dativo é uma condição necessária para a identificação de uma estrutura applicativa. Nesses termos, o OI é um argumento DP e não um PP, uma vez que, no PE, clíticos dativos e a-DP estão mutuamente relacionados.

2. [_{VP} O João v [_{VP} deu [_{AppIP} à namorada/lhe [_{AppI}: Appll Ø [_{DP} um colar]]]]]

Nas análises anteriores que estamos revisando, propusemos ainda que o núcleo aplicativo introduz o DP-OI, pronominal ou lexical, na posição de especificador do AppIP, assinalando a ele o papel temático recipiente/possuidor, associado ao Caso dativo inerente (DAT) (*cf.* Roberts, 2007). Essa proposta do Caso inerente vai ter um papel relevante nas operações de checagem de traços e atribuição de Caso estrutural ao DP interpretado como tema, ou seja, o OD. O que sugerimos, portanto, com base na arquitetura dos traços- ϕ (pessoa, número) interpretáveis e não interpretáveis (*cf.* Chomsky 2000; 2001) é que, na derivação da estrutura applicativa, o núcleo aplicativo baixo tem um traço interpretável de pessoa que não ativa a operação *Agree*, ou seja, não atua como sonda (Probe) em busca de uma *meta* (Goal), para checagem de traços. Com isso está inerte sintaticamente e não impede que o OD se mova para uma posição acima da frase applicativa, e estabeleça uma operação de valoração do Caso estrutural acusativo com o núcleo v, introdutor do argumento externo. Fica também contemplada a ordem superficial OD-OI não marcada das estruturas applicativas no PE.

Observe-se que a hipótese applicativa reflete a visão construtivista da estrutura de argumento verbal, uma vez que se baseia no pressuposto de que o verbo transitivo não pode licenciar dois argumentos internos, como consequência direta da condição de ramificação binária (*cf.* Kayne, 1984). Ou seja, a sintaxe é que determina o léxico, no sentido em que verbos ditransitivos, são, na verdade, verbos transitivos que selecionam uma categoria relacional, seja ela um AppIP, um PP ou uma Small Clause (*cf.* Marantz 1997, 2013; Cuervo 2010). Como dissemos, o OI, lexical e pronominal, é introduzido pelo núcleo aplicativo, na posição de SpecAppIP. Nessa posição, recebe caso inerente dativo e papel temático configuracional, ou seja, dependente da relação que

se estabelece com o OD, por meio do núcleo aplicativo. Dessa forma, o OI não é um argumento do verbo.

A abordagem construtivista permite ainda abranger a variante preposicionada da construção applicativa, na qual o argumento preposicionado, introduzido pela preposição *para* expressa uma contraparte beneficiária. Começemos com um verbo como *comprar*, o qual apresenta interpretação ambígua do OI na variante applicativa: este pode ser interpretado como *origem/fonte* (3a) ou *recipiente/beneficiário* (3b). Na variante preposicionada, o argumento é um PP introduzido pela preposição *para* e tem categoricamente a interpretação de *beneficiário*¹.

3. a. O João comprou uma casa ao vendedor (origem) / O João comprou-lhe uma casa .
- b. O João comprou uma bicicleta ao menino (recipiente/beneficiário) / O João comprou-lhe uma bicicleta.
- c. O João comprou uma bicicleta para a menina (beneficiário).

Essa mesma alternância pode ocorrer com os demais verbos de transferência e movimento e verbos de criação. A estrutura ditransitiva preposicionada que propomos está representada de forma simplificada em (4):

4. [_{VP} O João *v* [_{VP} comprou [_{PP} uma bicicleta [_P para [_{DP} a menina]]]]]

Um ponto relevante da gramática lusitana são as diferenças observadas entre o complemento aplicado (a-DP) e o argumento preposicionado (PP). Somente o DP aplicado, na sua forma pronominal, pode ocorrer em estruturas de redobro do clítico.

5. a. O João deu um colar à Ana.
- b. O João deu um colar para a Ana.
- c. O João deu-lhe um colar a ela. / Deu-lhe a ela um colar.
- *d. O João deu-lhe um colar para ela.

A mesma preposição *a* marcadora de caso atua no redobro do clítico acusativo, manifestando a restrição de que o DP seja interpretado como humano/ animado (*cf.* Raposo, 1999).

6. a. A Ana encontrou-o a ele. (ele = o namorado).
- b. A Ana encontrou o colar na gaveta.
- c. *A Ana encontrou-o a ele. (ele = o colar).

Outro contraste entre a estrutura applicativa e a estrutura preposicionada é a de que a applicativa não pode ser construída com um locativo puro, como mostram os exemplos abaixo, nos quais fica claro que a preposição *a* pode ser ambígua entre um marcador de caso dativo, ou uma preposição locativa. A pronominalização com o clítico (*lhe-lhes*) só é licenciada no caso de

¹ Por hipótese, no PE, o PP introduzido por *para* nunca é um OI. Trata-se de um complemento oblíquo (OBL). Dessa forma, o DP-OI introduzido por *a*, em sentenças como (3b), embora semanticamente equivalente ao introduzido por *para* (3c), não o é formalmente (*cf.* Raposo 2013).

ser correferencial a um DP humano/animado, quando então pode ser interpretado como *recipiente/meta*.

7. a. A babá levou a criança ao colégio. (a-loc)/ *A babá levou-lhe a criança.
b. A babá levou a criança ao médico. (a-meta)/ A babá levou-lhe a criança.

Portanto, fica evidente que as sentenças com OI aplicado (a-DP e *lhe*) tem a mesma interpretação e a mesma estrutura aplicativa. No entanto é preciso salientar que a preposição *a* coocorre com a preposição *para* direcional. Isso evidencia que a preposição *para* é ambígua, como a preposição *a*, podendo introduzir argumentos benefativos e locativos ‘puros’.

8. a. O José enviou uma carta para Lisboa.
b. O José mandou a empregada a Lisboa/ ao mercado.

(Brito 2008)

Conforme observado em Torres Morais (2006), um fenômeno correlato em relação a predicados ditransitivos no PE é que os pronomes fortes são obrigatoriamente redobrados pelo clítico (dativo), conforme ilustrado em (9a-b), em que, na ausência do clítico que redobra o pronome forte, a sentença é agramatical.

9. a. Dei-lhe o livro a ele.
b. *Dei o livro a ele.

Além disso, em estruturas de redobro do clítico, a presença da preposição *a* é obrigatória, conforme ilustrado em (10)².

10. a. Fiz-lhe um bolo a ele/*para ele.
b. Dei-lhe um livro a ele/*para ele.

Encerramos essa subseção, acreditando que os fatos acima apresentados representam evidências empíricas para a nossa proposta de que, no PE, o OI nas estruturas ditransitivas é um argumento aplicado, a partir de 3 propriedades: (1) a estrutura aplicativa codifica semanticamente uma relação de posse entre os dois DPs envolvidos, quer essa posse seja efetivada ou apenas inferida. Essa propriedade é crucial, como evidenciado pela impossibilidade de ter o OI como um locativo puro; (2) o OI é obrigatoriamente pronominalizado pelos clíticos *lhe/lhes* que, como se sabe, impõem uma restrição de animacidade ao seu referente, exigência essa reparada apenas pela relação parte-todo³; (3) A preposição *a* marcadora de caso dativo, está relacionada

² As estruturas de redobro do clítico no PE têm interpretação marcada (*cf.* Raposo 1999). Essa questão não é relevante para a presente discussão, mas tão somente a observação quanto o uso do marcador de caso *a* (e não *para*).

³ Isso fica evidente no paradigma abaixo, no qual se demonstra que, se uma relação parte-todo pode ser construída entre o DP possuidor (o todo) e o DP tema (a parte), como em (ia), a pronominalização pelas formas *lhe/lhes* é licenciada.

- (i) a. O José deitou sal à carne/deitou-lhe sal.
b. O José deitou sal na carne./ A carne tem sal/ está salgada.

intimamente com os clíticos dativos, condicionando o redobro do clítico. Na próxima subseção, traremos os fatos relacionados ao fenômeno denominado Restrição Pessoa Caso, o qual, segundo a nossa avaliação, é outro fator relevante na análise que estamos propondo para o OI como argumento aplicado.

2.2. A Restrição Pessoa Caso ‘forte’ no PE

Como se sabe, ao lado de muitas outras línguas românicas, o PE licencia a formação de grupos de clíticos como atestado no paradigma em (11):

11. a. me/nos + o(s)/a(s) = mo; mos; ma; mas; no-lo; no-la; no-los; no-las
- b. te/vos + o(s)/a(s) = to; ta; tos; tas; vo-lo; vo-la; vo-los; vo-las
- c. lhe/lhes + o(s)/a(s) = lho; lhos; lha; lhas

Os grupos de clíticos formados deixam clara a atuação do fenômeno denominado Restrição Pessoa Caso (*Person Case Constraint: PCC*), originalmente formalizado, na sua variante ‘forte’, por Bonet (1991:182), nos seguintes termos: Se dativo, então acusativo-3p⁴. A restrição exclui, portanto, a formação de grupos de clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas na presença de um clítico dativo.

Os dados, a seguir, ilustram a dupla pronominalização, de acordo com o PCC forte (12a-b), em oposição às combinações agramaticais, ilustradas em (13a-b):

12. a. O João me/ te/ lhe apresentou o Pedro.
- b. O João mo/ to/ lho apresentou.
13. a. *O João não te me apresentou. *2ªP-dat, 1ªP-accus
- b. *O João não me te apresentou. *1ªP-dat, 2ªP-acus

Importante ressaltar a possibilidade de o PE ativar uma combinação mista envolvendo um clítico acusativo e um pronome pleno, introduzido pela preposição *a* (14a-b). Como mencionado anteriormente, os complementos acusativos e dativos pronominais só podem ser realizados nas formas clíticas, excetuando-se as estruturas de redobro. Entendemos que, no caso da combinação dos objetos clíticos, as formas oblíquas são licenciadas como estratégias de reparação, evitando-se a violação do PCC (14c-d).

14. a. O João não me_{ACUS} apresentou a ti.
- b. O João não te_{ACUS} apresentou a mim.
- c. O João não me_{ACUS} apresentou a ele.
- d. O João não te_{ACUS} apresentou a ele.

Da mesma forma, argumentos locativos são licenciados em estruturas dativas, mediante uma leitura metonímica, (cf. ii). Na pronominalização, é obrigatório o uso do clítico dativo no plural (cf. iii) (cf. Torres Morais e Salles 2010).

(ii) Enviei um documento ao Banco do Brasil (= [a [os funcionários [do Banco do Brasil]])

(iii) Enviei-(*lhe)/ lhes um documento.

⁴ Cf. também Kayne 1975, para o PCC em francês. Vale ressaltar que os efeitos PCC têm sido discutidos intensamente na literatura recente, sob diferentes perspectivas teóricas e com base em línguas tipologicamente distintas.

Inversamente, na dupla pronominalização de 3^a pessoa, é obrigatório o uso do grupo de clíticos, sendo, portanto, agramatical a configuração mista, conforme ilustrado em (15).

15. a. O João apresentou o aluno ao diretor.
- b. O João apresentou-lho.
- c. *O professor apresentou-o a ele.

Os efeitos do PCC no PE constituem uma evidência para a hipótese da estrutura aplicativa, como representada em (16), sendo o licenciamento do OI dativo efetivado nos mesmos moldes do que foi discutido na seção 2.1.

16. [_{VP} O João *v* [_{VP} apresentou [_{AppIP} *lhe*_{DAT} [_{AppI'} App]_Ø [_{DP} *o*_{ACUS}]]]]]

Diferentemente, a estratégia de reparação ao PCC recorre à configuração oblíqua, em que o OI é um sintagma preposicional (PP). Nesse sentido, é possível afirmar que a preposição *a*, no PE, é um morfema ambíguo, ocorrendo como um marcador dativo ou como uma preposição direcional⁵. Por outro lado, embora aparentemente se possa considerar que o PCC não apresenta efeitos semânticos, uma vez que se pode substituir a forma clítica por uma forma pronominal forte, assumimos, com Pancheva e Zubizarreta (2017), que se trata de um fenômeno da interface entre a sintaxe e a semântica. Um traço interpretável de pessoa no núcleo aplicativo determina a interpretação do OI como centro do ponto de vista. Nesse sentido, o valor [+aproximativo] é acrescentado ao sistema de traços para as pessoas gramaticais, tal como proposto em Nevins (2007). O traço [+aproximativo] ‘default’ da 3^a pessoa, associado à animacidade, caracteriza as gramáticas com PCC forte. Nesses termos, uma cláusula de unicidade impede que o OD de 3^a pessoa seja marcado com o mesmo valor positivo desse traço. Ao mesmo tempo, impede que o OD seja de 1^a ou 2^a pessoas, ambas inerentemente marcadas com o traço [+aproximativo].

As ideias que desenvolvemos a respeito do PCC no PE tiveram, portanto, por objetivo unificar todos os fenômenos envolvendo os clíticos dativos de 3^a pessoa, o que permite reconhecê-los como marcas da estrutura aplicativa.

3. OS FATOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

3.1. Clíticos de 3^a pessoa e formas pronominais oblíquas

Um fato amplamente conhecido a respeito do Português Brasileiro (PB), na comparação com o PE e outras línguas românicas, é a ausência dos clíticos pronominais de 3^a pessoa, nas formas acusativa (*o(s)/ a(s)*) e dativa (*lhe(s)*). Em relação ao clítico dativo, uma consequência

⁵ No caso das ditransitivas, com os argumentos realizados por frases nominais, essa afirmação cria um ponto polêmico entre os que consideram que línguas como o PE não têm alternância entre as duas estruturas ditransitivas, a aplicativa e a preposicionada, no contexto dos verbos de transferência e movimento (cf. Brito 2008). Por sua vez, Pineda (2013, 2014) argumenta que a projeção aplicativa deve ser mantida para o espanhol, mas defende que é independente do redobro do clítico. Em Manzini e Franco (2016) e Manzini *et al* (2017), os complementos dativos são considerados uniformemente uma projeção oblíqua, cujo núcleo denota uma relação de inclusividade/ posse, presente não só no nível oracional, em relação aos complementos dativos, como também no nível nominal, em relação aos argumentos genitivos (cf. seção 4).

dessa perda é a realização do OI como PP, nucleado por preposições direcionais, a saber *a* e *para* (cf. 17). Em (18), representamos a estrutura que temos em mente para as ditransitivas preposicionadas do PB⁶. Propomos que essa seja a única estrutura projetada no contexto das sentenças ditransitivas. Ou seja, não há evidências para se propor a estrutura aplicativa.

17. Maria deu um livro *a/ para* ele.

18. [_{VP} Maria v [_{VP} deu [_{DP} um livro [_{PP} *a/para* [_{DP} ele]]]]]

Nesse contexto sintático, toda a série de pronomes fortes/ plenos é encontrada. Essa série inclui formas pronominais inovadoras, a saber: *você(s)*, oriunda de forma de tratamento, gramaticalizada como 2^a pessoa, no singular e no plural, e *a gente*, formada por sintagma nominal pleno, com referência arbitrária, gramaticalizada como forma pronominal de 1^a pessoa do plural⁷.

19. Maria deu o livro para mim/ ti/ você/ nós/ a gente/ vocês/ ele(s)/ ela(s)

Diferentemente dos clíticos de 3^a pessoa, os de 1^a e 2^a pessoas, *me* e *te*, são encontrados no PB, o que indica que o sistema pronominal é cindido, na realização do OI (cf. Rabelo 2010; Pereira 2019). Dessa forma, na 1^a e na 2^a pessoas, o OI admite ser realizado em duas configurações distintas, como se depreende do contraste em (20)⁸.

20. a. Maria *me/ te* deu o livro

b. Maria deu o livro pra mim/ pra você.

No que se refere às preposições *a* e *para*, observa-se que, diferentemente, do PE (cf. seção 2.1), o uso da preposição *para* resulta numa estrutura ambígua com verbos de criação (21a) e verbos direcionais (21b). Assim, em ambos os casos, a frase oblíqua pode ser interpretada como *beneficiário* e *meta/ recipiente* (cf. Berlinck 1996; Salles 1997; Torres Morais e Berlinck (2018); Armelin 2011; Calindro 2015)⁹.

21. a. Maria preparou um jantar para ele [recipiente; beneficiário]

b. Maria entregou o livro para ele [recipiente; beneficiário]

Embora o clítico pronominal de 1^a e 2^a pessoas seja encontrado tanto na estrutura benefativa como na de transferência de posse, a estrutura de redobro do clítico não se concretiza, conforme ilustrado em (22a) e (22b), respectivamente. Essa restrição interage ainda com o caráter obrigatório da preposição *para*.

⁶ Em alguns dialetos do PB, o OI ocorre sem preposição, o que resulta em um tipo de construção de objeto duplo. Esse caso não será considerado no presente estudo (para uma análise gerativista, cf. Salles 1997; Torres Morais e Salles 2010; Pereira 2019, entre outros)

⁷ O uso de *para ti* é encontrado como fenômeno dialetal. A presença desse tipo de variação dialetal não é relevante para a presente análise.

⁸ Neste texto, não expomos uma análise para as estruturas ditransitivas com os clíticos *me/te*.

⁹ O uso da preposição direcional *a* é também possível, como fenômeno dialetal e, ainda, seletivamente associado a determinados verbos/ contextos sintáticos e a variáveis sociolinguísticas como escolarização, modalidade escrita. Estudos sociolinguísticos apontam para uma tendência de ampliação no uso da preposição *para* em todos os dialetos.

22. a. O João me fez um bolo (*a MIM).
 b. O João te deu um livro (*a TI, não a MIM).¹⁰

Da mesma forma, não se efetiva a estrutura de redobro do clítico, na 3ª pessoa, em estruturas benefativas e em predicados de transferência de posse.

23. a. *Fiz-lhe um bolo a ele/ para ele.
 b. *Dei-lhe um livro a ele/ para ele.

3.2. Efeito PCC no PB?

Como se discutiu na seção (2.2), o PCC se refere a uma restrição de pessoa e caso na formação dos grupos de clíticos que pronominalizam o OI e OD nas estruturas ditransitivas. A formação desses grupos, ilustrados em (11) para o PE, não se efetiva no PB. Isso se deve à perda dos clíticos pronominais dativos e acusativos de 3ª pessoa. Recorde-se ainda que o PCC do tipo que se manifesta no PE, refere-se à exigência de que o clítico dativo não apresenta restrições de pessoa, enquanto o clítico acusativo deve ser de 3ª pessoa. A impossibilidade de seqüências do tipo **me te/ *te me* é, portanto, um efeito do PCC ‘forte’.

Conforme mencionado, os clíticos pronominais de 1ª e 2ª pessoas no singular estão presentes no PB. No entanto, como no PE, não é possível a formação de grupos de clíticos do tipo **me te/ *te me*, o que indica que existe uma restrição independente para essa formação. A consequência é que, na ausência de grupos de clíticos do paradigma em (11), e de grupos formados com clíticos de 1ª e 2ª pessoas, a língua recorre uniformemente à estratégia mista, em que o clítico realiza o argumento *tema*, e o OI é introduzido pela preposição *para*, conforme ilustrado respectivamente em (24) e (25).

24. a. João te_{TEMA} apresentou pra mim. (*te me)
 b. João me_{TEMA} apresentou pra você.¹¹ (*me te)
25. a. João apresentou ele(s)/a(s)_{TEMA} para mim. (=mo(s)/ma(s))
 b. João apresentou ele(s)/a(s)_{TEMA} para você. (=to(s)/ta(s))
 c. João apresentou ele(s)/a(s)_{TEMA} para ele(s)/a(s). (=lho(s)/lha(s))

Interessantemente, é possível realizar o OI por meio do clítico de 1ª e 2ª pessoa e o OD como pronome forte, conforme ilustrado em (26):

26. a. João me_{META} apresentou ele(s)/ela(s)
 b. João te_{META} apresentou ele(s)/ela(s)

Os fatos ilustrativos das alterações nos sistemas pronominais e preposicionais do PB, em oposição ao PE, são significativos no sentido de destacar o contraste translinguístico na realização da estrutura argumental, particularmente em relação ao OI. A hipótese que

¹⁰ Apresentamos o exemplo com a leitura de foco contrastivo para evidenciar que a agramaticalidade não se deve à questão discursiva.

¹¹ Conforme mencionado, na 2ª pessoa, o PB recorre à forma pronominal *você*, alternativamente à forma forte *ti*. Esta última é encontrada dialetalmente.

assumimos é a de que o PB não ativa as propriedades do núcleo aplicativo como introdutor do OI nas sentenças ditransitivas (cf. Torres Morais e Salles 2010). A única possibilidade é a sua realização como uma frase oblíqua, introduzida por preposição. Os estudos sobre o PB revelam ainda que a preposição *para* tem superado quantitativamente a preposição *a*, sendo a maior ou menor produção de *a* condicionada por fatores de natureza discursiva e pragmática (cf. Torres Morais e Berlinck 2018, entre outros).

Concluída a discussão sobre predicados ditransitivos no PB, passamos a considerar outro aspecto da gramática do PB, em que se evidenciam formas alternativas de realização da estrutura argumental e inovadoras em relação ao PE. Trata-se de predicados com um argumento interno, que apresentam alternância entre uma realização dativa e acusativa.

3.3. Predicados monotransitivos no PB

A sintaxe inovadora do OI em estruturas ditransitivas no PB nos remete aos predicados que se estruturam com apenas um argumento interno. Diante dos contrastes determinados pela cisão pronominal referida anteriormente (clíticos pronominais de 1ª e 2ª pessoas *versus* pronomes plenos), vários predicados não apresentam complementos dativos no PB, diferentemente do PE e outras línguas românicas. O resultado é que o PB recorre a estratégias alternativas na expressão da estrutura argumental.

Na ausência do clítico dativo de 3ª pessoa (e de seu correlato, o marcador dativo *a*), a pronominalização ocorre em duas configurações: (i) uso de pronome pleno, sem preposição; (ii) uso de pronome pleno, introduzido pela preposição ‘a’. O uso da preposição direcional *para* é excluído, uma vez que, na ampla maioria dos casos, esses predicados não denotam transferência de posse (adiante, serão considerados os casos em que se verifica o uso de *para*).

27. a. Obedecer o pai.
b. Obedecer ele/ a ele/ *para ele.
28. a. Agradar o amigo.
b. Agradar ele/ a ele/ *para ele
29. a. Servir o cliente
b. Servir ele/ a ele/ *para ele
30. a. Atender o paciente
b. Atender ele/ a ele / *para ele
31. a. Chamar o aluno
b. Chamar ele / a ele/ *para ele

Diferentemente, verbos que também admitem realização ditransitiva, licenciam a preposição *para*. Na pronominalização, confirma-se o caráter inovador da sintaxe desses predicados no PB, pelo uso do pronome pleno introduzido pela preposição *para*. É interessante notar que os verbos *telefonar* e *escrever* não admitem o apagamento da preposição (cf. 35).

32. a. Ensinar o menino.
b. Ensinar ele / a ele/ para ele.

33. a. Pagar o amigo.
b. Pagar ele /a ele/ para ele.
34. a. Avisar/ Informar o amigo.
b. Avisar/ Informar ele/ a ele/ para ele.
35. a. Telefonar/ Escrever *(para/a) o amigo.
b. Telefonar/ Escrever *(a) ele/ *(para) ele.

O uso do clítico de 1ª e 2ª pessoas no PB mantém o paralelismo com o PE, embora o redobro do clítico não seja possível, conforme ilustrado a seguir, com um verbo do primeiro grupo (sem transferência de posse) e com um verbo do segundo grupo (que admite o uso ditransitivo, com transferência de posse).

36. O cão me/ te obedece (*a mim/ ti).
37. O cliente me/ te pagou (*a mim/ ti) (a dívida).

Quanto às demais formas pronominais, a saber *você(s)*, *a gente*, sendo elas plenas, alinham-se estruturalmente com os exemplos com pronomes plenos de 3ª pessoa.

Uma propriedade unificadora nas estruturas do PB com e sem preposição, ilustradas anteriormente, é o fato de o argumento interno ser marcado como [+animado/+humano]. Tal propriedade está presente nas estruturas com o clítico dativo pronominal e a preposição *a*, marcadora do caso dativo, no PE e em outras línguas românicas. Em predicados monotransitivos, o uso da preposição *a*, remete ao fenômeno da marcação diferencial do objeto (*Differential Object Marking*: DOM). Esse fenômeno tem sido amplamente discutido em relação ao espanhol em termos de dois aspectos principais: (i) a presença de um argumento interno semanticamente marcado, em uma escala de animacidade/ referencialidade; (ii) a pronominalização do argumento interno por um pronome acusativo, por um lado, e a possibilidade de passivização, por outro (o que confirmaria o caráter transitivo do predicado) (para abordagens gerativistas, cf. Jaeggli 1981; Torrego 1998, 2010).

Conforme observa Raposo (1999, 2013), DOM é um fenômeno restrito no PE. Embora o requisito quanto ao traço de animacidade se mantenha, sua manifestação é restrita a estruturas em que o objeto é um pronome marcado para uma leitura quantificada (cf. 38a-b) ou uma entidade semanticamente marcada por denotar uma divindade (38c). A restrição quanto ao tipo de pronome, em (38a-b), não se aplica ao PB (pelo menos categoricamente), embora o dado em (38c) seja encontrado, supostamente por seu caráter idiomático¹².

38. a. Ver a todos
b. A pessoa *(a) quem vejo
c. Amar a Deus

Com base nessas propriedades, e considerando a ocorrência de DOM em diferentes famílias linguísticas do tronco indo-europeu, como o Hindi, estudos gerativistas passaram a investigar a

¹² Enquanto em (38a), o pronome ‘todos’ ocorre como OD, em (38b), a estrutura relativa é introduzida pelo pronome relativo ‘que’ (... a pessoa que eu vi), no PB.

hipótese do alinhamento desse fenômeno com os dativos inerentes, como Torrego (1998, 2010). Em Torrego (1998, 2010), as estruturas DOM são analisadas como projeções de um núcleo aplicativo, que hospeda o argumento interno e o núcleo sintático que corresponde à realização nominal do evento descrito pelo predicado, nos termos da teoria da estrutura argumental de Hale e Keyser (1993).

39. a. Han contratado a una amiga

b. [_{VP} Agente [_V V_{OD} [_{AppIP} a DP [_{AppI} Appl [_N contrato]]]]]

Nesse aspecto, a análise das estruturas DOM alinha-se com propostas para estruturas dativas, em que é adotada a projeção do núcleo aplicativo (cf. Pykkänen 2002; Cuervo 2003). Nas seções a seguir, apresentamos diferentes perspectivas teóricas para uma abordagem do alinhamento entre DOM e estruturas dativas.

4. A ESTRUTURA DOM EM PERSPECTIVA TRANSLINGÜÍSTICA

4.1. A abordagem de Manzini e Franco (2016) e Manzini *et al.* (2017)

Na perspectiva da unificação entre DOM e complementos dativos, e adotando um quadro teórico distinto, a análise de Manzini e Franco (2016) parte da observação de que “the most notable property of the Romance DOM is its morphological coincidence with the dative argument, introduced by the preposition *a*”. Os dados a seguir, do dialeto italiano *Sasso di Castalda (Italo-Romance)*, ilustram esse alinhamento:

40. a. camene a mmi/ tti/ jidde

Chamam a mim/ ti/ ele

b. camene a kwedda femmena

Chamam a aquela mulher

c. anne piλλate nu libbre

havam pegado um livro

d. u raine a mmi/ tti/ jidde

isto deram a mim/ ti/ ele

(Manzini e Franco 2016: 26)

Os autores argumentam que mais do que uma coincidência ou uma opacidade morfológica, esse alinhamento reflete uma identidade sintática e interpretativa, que permite a unificação de DOM e dativos inerentes como argumentos oblíquos (*contra* estudos tradicionais, em que as estruturas DOM são analisadas como sintaticamente acusativas) (cf. Manzini *et al.* 2017). Um ponto a destacar é o fato de dativos inerentes não admitirem passivização (diferentemente das

estruturas DOM). De acordo com os autores, a restrição quanto à passiva deve-se ao fato de a preposição, em dativos inerentes, ser selecionada pelo verbo, sendo, portanto, obrigatória¹³.

Um corolário dessa conclusão é que o caso oblíquo é um primitivo da gramática, que se expressa por meio de um núcleo sintático, dotado de conteúdo semântico. Esse núcleo denota uma relação de inclusividade (\subseteq) (ou parte-todo), entre dois argumentos internos, *tema* e *meta*, no caso de predicados bitransitivos de transferência de posse. Em predicados inergativos, com um argumento interno, a relação de posse é estabelecida com um subevento do predicado (realizado como um núcleo nominal, nos termos da teoria da estrutura argumental de Hale e Keyser 1993)¹⁴. Manzini e Franco (2016) observam que a hipótese do núcleo de inclusão (\subseteq) se identifica com análises tradicionais que postulam uma categoria preposicional do tipo $P_{HAVE/LOC}$ na estrutura do predicado, conforme ilustrado em (41) (cf. Kayne 1984, Pesetsky 1995, Harley 2002).

41. a. give [a letter [to Sue]] (Pesetsky 1995)
 b. ... CAUSE [_{PP} a letter [[_{P_{LOC}} Mary]] (Harley 2002)

Os autores concluem que línguas com dativos DOM são aquelas em que um argumento com certas propriedades referenciais só pode ser encaixado na estrutura do VP mediante o núcleo de inclusividade (\subseteq), que é lexicalizado pela preposição *a* e pelo clítico pronominal dativo, como se depreende das estruturas com o verbo *parlare* ‘falar’, em (42a) e (42b), respectivamente. Diferentemente, a estrutura do evento de um verbo como *colpire* ‘golpear/atingir’ não está acessível para a marcação das propriedades referenciais do argumento interno, e o argumento interno é encaixado como um clítico acusativo/DP (cf. (42c)). Em (42d), o núcleo de inclusividade é encaixado na estrutura do verbo *dar* e relaciona os argumentos *tema* e *meta*, sendo igualmente lexicalizado pela preposição ‘a’.

42. a. EA [CAUSE/ v [parl- [_{P(\subseteq)} a Gianni]]
 b. EA [CAUSE/ v [parl- [_{Q(\subseteq)} gli]]
 c. EA [CAUSE/ v [colp- [_{DP} lo]]
 d. (...) dato [il libro [_{P(\subseteq)} a Gianni]]
 (adaptado de Manzini e Franco 2016: 213)

Em relação aos clíticos pronominais, os autores acrescentam que não só o clítico dativo de 3ª pessoa (42c), acima, mas os clíticos de 1ª e 2ª pessoas, ou seja, participantes, “must be embedded under $Q(\subseteq)$ when inserted as internal arguments” (Manzini e Franco 2016: 220)¹⁵. Segundo os autores, essa análise é corroborada pela existência de sistemas gramaticais cindidos,

¹³ Os autores apresentam uma discussão sobre a impossibilidade de realizar a passiva em estruturas com dativos inerentes, tomando por base o uso da passiva com sujeito arbitrário no italiano, entre outros fenômenos. Por limitação de espaço não detalharemos essa questão.

¹⁴ Segundo Manzini e Franco (2016), a abordagem que postula a relação entre o argumento (interno) e um subevento na estrutura do predicado retoma a ideia de Svenonius (2002), segundo a qual predicados transitivos admitem um tipo de sensibilidade à presença de subeventos/ estados (potenciais), o que resulta na marcação do argumento por uma categoria preposicional ou equivalente. A hipótese de uma estrutura constituída de subeventos é contemplada na teoria da estrutura argumental de Hale e Keiser (1993), segundo a qual os predicados são projeções de núcleos lexicais (*Lexical Relational Structure/ LRS*).

¹⁵ A notação $Q(\subseteq)$ refere-se às propriedades quantitativas dos pronomes.

em que DOM é restrito à 1ª e à 2ª pessoas, ou seja, aos argumentos marcados como participantes, conforme ilustrado em (43), com dados do Colledimacine, uma variedade linguística do sul da Itália.

43. a. a camatə a mme/nnu

Aux. chamar.PRT DOM 1s/ 1pl ‘Chamou a mim/ a nós’

b. a camatə kwiλλə/ frattə tiə

Aux. chamar.PRT ele/ irmão teu ‘Chamou ele/ teu irmão’

(Manzini e Franco 2016: 226)

Segundo os autores, essa cisão permite afirmar que DOM ocorre com argumentos participantes, situados na posição mais alta da hierarquia da animacidade, e por seu caráter dêictico, da hierarquia de definitude. Nessa perspectiva, os pronomes fortes/ plenos e os clíticos pronominais de 1ª e 2ª pessoas são encaixados na estrutura do VP como argumentos oblíquos, ou seja, por seu estatuto na escala de referencialidade são avaliados em termos da relação de inclusividade/parte-todo, segundo a restrição a seguir: $[_{VP} \dots 1/2P *(Q(\subseteq)) \dots]$. Manzini e Franco (2016: 225) concluem que, “where goal and DOM dative differ is that the former is required by the event (the verb), while the latter is introduced because of the intrinsic properties of the argument to which they attach (for instance Participant clitics in Italian)”. Nesse sentido, o dativo inerente é selecionado por um predicado bi-eventivo, enquanto o dativo DOM é determinado estruturalmente por exigência do estatuto referencial do argumento encaixado.

Uma questão correlata para a proposta de identificar DOM e dativos inerentes é o uso do clítico pronominal na retomada anafórica ou nas estruturas de redobro do clítico, encontrada nas variedades ibero-românicas e também do italiano. Os autores observam que, no espanhol padrão, por exemplo, clíticos acusativos fazem a retomada anafórica de argumentos DOM (*La vió (a la niña)*). No entanto, em outras variedades (por exemplo, no espanhol rioplatense, falado na América do Sul), é encontrado o chamado *leísmo*, que consiste no uso do clítico dativo nesse mesmo contexto (*Le vió (a la niña)*). Diante disso, propõem que a coincidência (ou não) em relação ao caso se deve ao fato de clíticos, por um lado, e sintagmas DOM e dativo inerente, por outro, estarem distribuídos em domínios sintáticos distintos¹⁶.

Conclui-se que DOM e dativos inerentes alinham-se estruturalmente em função da presença do núcleo de inclusividade que denota uma relação parte-todo, sendo sua presença na estrutura do predicado determinada pelo verbo ou pelo estatuto referencial do argumento interno.

4.2. A abordagem de Pineda (2013, 2014)

Desenvolvendo uma análise das estruturas dativas, Pineda (2013, 2014), por seu turno, adota uniformemente o núcleo aplicativo. Seguindo uma tradição que remonta à hipótese de que o espanhol (europeu) manifesta um tipo de alternância dativa, retomada por Cuervo (2003), Pineda investiga a alternância do caso dativo e acusativo no catalão e no espanhol (europeu), considerando verbos de transferência comunicativa, como *tocar* (chamar)/ *telefonar*, do catalão, e verbos de transferência de posse, por destituição, como *robar* (roubar), ou por restituição, como *pagar*, do catalão.

¹⁶ A análise de Manzini e Franco (2016) prevê que os domínios de realização do clítico e do sintagma DOM/dativo inerente se relacionem nas estruturas de redobro do clítico, por um tipo de Agree (como alternativa a análises que propõem um DP complexo). Os detalhes dessa operação não são relevantes para o presente trabalho..

A autora parte da observação de que verbos de transferência comunicativa como *telefonar*, do catalão, manifestam três realizações distintas para a estrutura argumental: (i) uma estrutura bitransitiva, conforme ilustrado em (44a); (ii) uma estrutura intransitiva, em que o único argumento *meta* recebe o caso dativo (*li*), como na estrutura bitransitiva (44b); e (iii) uma estrutura monotransitiva, em que o argumento interno recebe o caso acusativo (*la*), como em (44c).

44. Catalão

- a. En Joan me telefonà la notícia.
O João me telefonou a notícia
- b. En Joan telefonà a la seva filla./ Li telefonà.
O João telefonou a sua filha/ CL_{DAT,3s} telefonou
- c. En Joan telefonà (a) la seva filla./ La telefonà.
O João telefonou (a) sua filha/ CL_{ACUS,3s} telefonou

O mesmo se verifica com verbos de transferência que denotam destituição (ou restituição), e podem ocorrer em estrutura bitransitiva, intransitiva ou monotransitiva, sendo o argumento interno, nos dois últimos casos, realizado por pronome acusativo ou dativo, conforme ilustrado em (45a-c) – note-se que, no PB, na estrutura bitransitiva, o argumento OI é introduzido pela preposição *de*, associada à interpretação *fonte*, não o marcador dativo *a* (essa questão será retomada adiante).

- 45. a. Han robat la cartera al Joan
Roubaram a carteira do Joan
- b. Han robat al Joan
- c. Han robat el Joan

Pineda (2014) observa que essa situação configura alternância de caso, devendo ser distinguida do chamado loísmo/ laísmo, em que existe um tipo de ‘confusão’ na escolha entre o pronome acusativo e dativo, na estrutura do predicado. Segundo a autora, o leísmo, que consiste no uso do clítico dativo *le* com verbos transitivos, é uma opção restrita (encontrada primordialmente em variedades europeias do espanhol), enquanto o laísmo/ loísmo corresponde ao uso do pronome acusativo em estruturas com *la dió un par de besos* (CL.ACUS.3s deu um par de beijos), em que é possível demonstrar que o argumento não recebe caso acusativo (uma vez que o OD recebe o caso acusativo). Essa distinção é corroborada em verbos do tipo *obedecer*, *ayutar* (ajudar), *servir*, *atender*, *seguir*.

Pineda defende então que o uso alternante do caso acusativo e dativo se apoia nas seguintes evidências: “(i) a alternância envolve diferença de significado (mais ou menos) observável; (ii) objetos monotransitivizados comportam-se como OD (quanto à passivização, etc); (iii) os mesmos verbos apresentam alternância em catalão, em que não se verificam fenômenos de confusão de caso; (iv) a alternância não se restringe ao pronome, estendendo-se a DPs plenos – embora DOM, em espanhol, dificulte a distinção entre o DP como OI, e o DP como OD, outras evidências encontradas são as ocorrências de DPs plenos como OD com os verbos em estudo nas variedades do catalão sem DOM” (adaptado de Pineda 2013: 69).

Assumida a distinção, a autora propõe uma análise unificada para estruturas ditransitivas e com verbos inergativos com o DP *meta* encaixado, em termos da presença do núcleo aplicativo baixo. Com essa unificação, a proposta de Torrego (2010) para estruturas DOM, em que o núcleo aplicativo introduz o DP *meta*, é generalizada para as estruturas em que o verbo é monotransitivizado, sendo o argumento *meta* DP marcado diferencialmente como acusativo (*Differential Indirect Object Marking: DIOM*). Assumindo o núcleo aplicativo baixo para estruturas bitransitivas em línguas como o espanhol, a autora argumenta que os argumentos *meta* são uniformemente introduzidos pelo núcleo aplicativo, nas línguas em geral, sendo este núcleo dotado da capacidade de atribuir caso inerente, distinguindo-se apenas por atribuir caso dativo ao DP *meta* no especificador (como no espanhol) ou acusativo ao DP tema, na posição de complemento como no inglês.

As derivações procedem como a seguir. Na estrutura com o DP dativo, a derivação está ilustrada em (46a), e segue conforme propõe Torrego (2010) (*cf.* 39): o núcleo nominal *telefonada* na posição de complemento entra em confluência/ incorporação com o núcleo aplicativo marcado com o caso inerente (dativo), e prossegue até o núcleo *v* para formar o verbo *telefonar*. Por sua vez, o argumento *meta* é inserido no especificador e marcado com o caso dativo inerente (*a-DP*). Nas estruturas com o DP acusativo (46b), o núcleo aplicativo é marcado para o caso inerente acusativo, DP *meta* no especificador não recebe caso dativo e fica disponível para mover-se para o especificador de *vP*, onde recebe caso acusativo (passando a manifestar as propriedades morfossintáticas correspondentes, como a passivização). As estruturas ditransitivas procedem como amplamente proposto na literatura, para línguas como o espanhol e o catalão – seja mediante o redobro do clítico (*cf.* Demonte 1995; Cuervo 2003) ou não (como defende a autora) (46c).

46. a. [_{VoiceP} La Maria [_{voice'} Voice [_{VP} [ACC] [_{v'} V_[VDO+telefonada] [_{VP} V [_{LOWAppIP} [_{DP} la seva mare/la] [_{AppI'} AppI [telefonada]]]]]]]]]]
- b. [_{VoiceP} La Maria [_{voice'} Voice [_{VP} [ACC] [_{v'} V_[VDO+telefonada] [_{VP} V [_{LOWAppIP} [_{DP} la seva mare] [_{AppI'} AppI_{CL.Dat./Ø} [telefonada]]]]]]]]]]
- c. [_{VoiceP} La Maria_{AGENTE} [_{voice'} Voice [_{VP} [ACC] [_{v'} V_[ACC] [_{VP} \sqrt{dar} [_{LOWAppIP} [_{a-DP_{meta}}] [_{AppI'} AppI_{CL.DAT/Ø} [_{DP} <tema>]]]]]]]]]]

As análises expostas dialogam no sentido de postular uma categoria especializada para licenciar os argumentos DOM e dativo inerente. Passamos a seguir a examinar essas hipóteses em relação aos dados do PB.

4.3. Retomando os fatos do PB

Os fenômenos discutidos anteriormente confirmam que a estrutura argumental assume diferentes realizações, em função dos contrastes nas propriedades morfossintáticas dos sistemas gramaticais. Conforme mencionado, tais fenômenos recebem diferentes tratamentos teóricos, o que remete à questão central acerca das propriedades de Gramática Universal. As análises propostas em termos do núcleo de inclusividade e do núcleo aplicativo estão situadas em duas vertentes do debate em relação à natureza da estrutura argumental, a saber, a abordagem projecionista e a construcionista, respectivamente.

Conforme será demonstrado, as análises em termos do núcleo de inclusividade e do núcleo aplicativo são diferentes perspectivas para discutir as propriedades do sistema gramatical dessa

língua, com algumas diferenças em cada caso. Nosso objetivo com essa discussão é verificar o alcance de cada modelo de análise, por um lado, e demonstrar a importância da análise empírica para testar as hipóteses formuladas no âmbito dos modelos teóricos, por outro.

Os fatos do PB podem ser analisados em termos da hipótese do núcleo de inclusividade de Manzini e Franco (2016). Nas estruturas ditransitivas, esse núcleo é lexicalizado pela preposição *para*. O mesmo se aplica aos verbos inergativos como *telefonar*, que selecionam um argumento dativo inerente introduzido por *para*, e aos verbos como *ajudar*, em que, não sendo possível a preposição *para*, os argumentos pronominais encaixados são introduzidos por *a*, configurando-se um tipo de estrutura DOM, conforme ilustrado em (32-35) e (27-31), respectivamente. Na ausência da preposição, supõe-se que o argumento é encaixado como um OD, não sendo, portanto, sensível à presença do subevento na estrutura do predicado (nos termos de Svenonius 2002).

47. a. João deu [o livro [P(\subseteq) para [DP Maria]/ [DP ela/ mim]]]
 b. João [CAUSE/ v [telefon- [P(\subseteq) para [DP Maria] / [DP ela/ mim]]]
 c. João [CAUSE/ v [ajud- [P(\subseteq) a [DP mim]]]
 d. João [CAUSE/ v [ajud- [DP Maria]]]

Interessantemente, os fatos do PB podem ser analisados em termos da hipótese do núcleo aplicativo baixo, tendo em vista a análise unificada de Pineda (2013, 2014) para os casos de verbos inergativos com um argumento *meta* encaixado, marcado ou não com a preposição dativa *a*. Nesse sentido, as estruturas do PB em que o argumento interno (seja o DP pleno, seja o pronome forte/pleno) é encaixado sem o marcador dativo *a* podem ser analisadas como projeções do núcleo aplicativo marcado com o caso acusativo inerente (48a). A presença do marcador dativo *a* indica que é ativado o aplicativo baixo marcado para o caso inerente dativo (48b). Em predicados com verbos de transferência como *dar*, a estrutura com o núcleo aplicativo marcado para o caso inerente dativo, parece ser restrita aos casos em que ocorre o clítico de 1ª e 2ª pessoas, esta última ilustrada em (48c).

48. a. [VoiceP Maria [voice' Voice [vP [ACC] [v' v[VDO+ajuda] [VPV [LOWAppIP [DP sua mãe/ela] [AppI' Appl [ajuda]]]]]]]]]
 b. [VoiceP Maria [voice' Voice [vP [ACC] [v' v[VDO+ajuda] [VPV [LOWAppIP [DP a-mim] [AppI' Appl [ajuda]]]]]]]]]
 c. [VoiceP Maria_{AGENTE} [voice' Voice [vP [ACC] [v' v[ACC] [vP[√]dar [LOWAppIP [AppI' Appl]_{DAT.me} [DP o livro<tema>]]]]]]]]]

A questão dos verbos do tipo ‘obedecer’ e ‘ajudar’, amplamente discutida na literatura, é também contemplada na análise de Manzini e Franco (2016). Os autores observam que a alternância de caso em verbos como *aiutare* ‘ajuda’, que, no italiano, selecionam objeto acusativo, e, em línguas próximas, como o latim, selecionam objetos dativos, tem sido tratada como lexicalmente determinada. No entanto, assumindo com Svenonius (2002) que o dativo implica uma relação com um subevento na estrutura do predicado, a alternância consiste essencialmente em determinar se o verbo ativa a sintaxe com o núcleo de inclusividade P/Q(\subseteq) ou não. O caso do PB coloca um problema particular, uma vez que, com esses verbos, a manifestação do núcleo de inclusividade P/Q(\subseteq) lexicalizado pela

preposição *a* é determinada pela presença dos argumentos pronominais de 1ª e 2ª pessoas, conforme ilustrado em (27-31).

Interessantemente, a situação descrita para os dados do PB pode ser comparada com o dialeto Colledimacine (falado no sul da Itália), citado por Manzini e Franco (2016: 226), em que o argumento DOM se manifesta com pronomes de 1ª e 2ª pessoas, mas não na 3ª pessoa, conforme ilustrado em (43). Em relação aos dados do PB, é possível assumir que os pronomes fortes/ plenos e os clíticos pronominais de 1ª e 2ª pessoas são encaixados na estrutura do VP como argumentos oblíquos, mediante o mesmo requisito [_{VP} ...1/2P *(Q(⊆))].

49. EA [CAUSE/ v [ajud- [Q(⊆) me/ te]]

Com essa discussão, podemos afirmar que os dados do PB corroboram tanto a hipótese do núcleo aplicativo quanto a do núcleo de inclusividade. No entanto, é oportuno considerar as implicações teóricas de adotar cada uma das hipóteses. Um ponto relevante em relação à hipótese do núcleo aplicativo é a consistência entre a estrutura e o papel temático *meta* do argumento DP encaixado. Esse alinhamento é desejável diante dos pressupostos da abordagem construcionista, em que os papéis temáticos são determinados pela configuração sintática, cujas propriedades são determinadas pela GU. Na abordagem baseada no núcleo de inclusividade, o alinhamento está no uso uniforme do caso oblíquo na lexicalização de argumentos DOM e dativos inerentes (por meio de preposições ou flexões de caso), o qual remete a um padrão subjacente à gramática das línguas naturais.

Podemos verificar ainda que as construções dativas no PB manifestam um alinhamento inovador em relação ao sistema de preposições. Em particular, verificou-se o uso da preposição *para* em estruturas ditransitivas e em estruturas com verbos inergativos com um argumento dativo encaixado. Verificou-se também o uso da preposição *a* na lexicalização de estruturas DOM, com argumentos de 1ª e 2ª pessoa, por sua posição na escala de referencialidade. A análise de Manzini e Franco (2016) permitiu demonstrar a relação entre a denotação do núcleo de inclusividade e o uso uniforme de uma categoria relacional nesse contexto, no caso, a preposição, por um lado, e a consistência do padrão inovador no sistema preposicional, por outro.

Passamos a considerar brevemente um fenômeno adicional, em que se manifesta alinhamento inovador no sistema preposicional do PB, também na lexicalização do núcleo de inclusividade.

4.3.1. Breve nota sobre preposições locativas no PB

Nesta seção, examinamos brevemente a realização de argumentos locativos alativos e inessivos encaixados em predicados estativos e inacusativos de movimento, em que se identifica um padrão inovador no PB. Em particular, o aspecto inovador consiste na realização do argumento locativo (alativo) em predicados inacusativos de movimento, como *ir*, pela preposição *em*, em oposição ao PE, em que é usada a preposição *a*, conforme ilustrado em (50a) e (50b), respectivamente.

50. a. Maria vai no mercado. (PB)

b. Maria vai ao mercado. (PE)

Nesse aspecto, a realização do caso locativo alativo alinha-se com o caso inessivo em predicados estativos, em que a preposição *em* é usada consistentemente no PB e no PE, conforme ilustrado a seguir.

51. Maria ficou/ está no mercado. (BP/EP)

Frases locativas têm sido amplamente analisadas no contexto das propriedades dos verbos de movimento. Tais verbos colocam questões relevantes em relação à manifestação das frases locativas, dispensáveis em alguns casos, e obrigatórias em outros, conforme ilustrado a seguir.

52. a. Maria foi *(no mercado).
 b. Maria veio (do mercado).
 c. Maria veio *(para o mercado).
 d. Maria chegou (do mercado).
 e. Maria chegou *(no mercado).

Os verbos, nos dados citados, situam-se na chamada classe de verbos de trajetória, que se distingue da classe dos verbos de modo de movimento (*cf.* Talmy 1975, 1985). Em relação a essa distinção, cabe ainda ressaltar que o PB não manifesta verbos de modo de movimento, o que não afeta a presente discussão.

Os componentes que descrevem o evento de movimento são cruciais na análise dos contrastes descritos nos dados em (52). Desenvolvimentos teóricos recentes propõem decompor as propriedades léxico-conceituais das preposições em nós sintáticos, que codificam trajetória (*Path*) e lugar (*Place*), conforme proposto em Svenonius (2010), entre outros. Em relação às preposições, existem diferentes enquadramentos teóricos para o tratamento de suas propriedades gramaticais, como se depreende da discussão apresentada para os argumentos dativos e DOM, por exemplo. Enquanto na hipótese do núcleo aplicativo, a preposição é considerada uma marca morfofonológica de caso, na hipótese do núcleo de inclusividade, é uma categoria lexical, dotada de propriedades predicativas.

Neste ponto, nosso objetivo é destacar o uso inovador da preposição *em*, no PB, na estrutura de predicados com verbos de movimento. Em particular, vamos nos deter nas estruturas com o verbo *ir*, em que se verifica, por um lado, a obrigatoriedade em relação à presença do sintagma locativo, e por outro, o uso inovador da preposição *em*, que ocorre em variação com as preposições *a* e *para*. Além disso, consideramos o alinhamento com predicados estativos em que também ocorre a preposição *em*, como ilustrado em (50a) e (51). Diante disso, não há distinção na expressão do contraste entre os significados alativo e inessivo.

Assumindo que o verbo *ir* é um inacusativo biargumental, a conclusão natural é que o sintagma preposicional é encaixado na estrutura desse predicado. Nessa configuração, a preposição denota uma relação que identifica o argumento *tema* e uma localização, mediante um deslocamento em uma trajetória/ direção (Souto 2014). A relação entre o argumento *tema* e uma localização está igualmente presente na estrutura dos predicados com verbos estativos. Interessantemente, essa relação pode ser definida em termos da noção de zona de inclusividade, como propõem Manzini e Franco (2016) para os dativos. Essa conclusão apoia-se na observação de Manzini e Franco (2016), segundo a qual locativos devem ser considerados especificações na zona de inclusão, não o contrário. Em ambas as estruturas, o núcleo de inclusão é lexicalizado pela preposição *em*, conforme ilustrado em (53) e (54).

53. [_{VP} ir [Maria_{TEMA} [_{P(ε)} em [_{DP.Loc} o mercado]]]
54. [_{VP} estar [Maria_{THEME} [_{P(ε)} em [_{DP.Loc} o mercado]]]

Fenômeno semelhante pode ser observado no italiano, em que verbos estativos e verbos de movimento como *ir* (*motion-to*) selecionam predicados lexicalizados por *a* ou *in* (em), e verbos de movimento como *vir* (*motion-from*), selecionam predicados lexicalizados por *da* (de), conforme ilustrado, respectivamente, em (55) e (56), enquanto predicados estativos, *motion-to* e *motion-from* com referentes humanos são lexicalizados uniformemente pela preposição *da*, conforme reportado em Manzini e Franco (2017).

55. a. Sono/ vado in/a casa ‘Estou/ Vou/ em/a casa’
 b. Vengo da casa ‘Venho de casa’
 c. Sono/ vado/ esco dal parrucchiere ‘Estou/ vou/ saio do cabeleireiro’
 (exemplos extraídos de Franco e Manzini 2017: 17)

Na discussão dos dados do italiano, Franco e Manzini (2017: 17) concluem que o significado locativo deriva do significado estativo/ direcional do predicado (e não do conteúdo locativo da preposição ou do complemento) (*cf.* Souto 2014).

Em relação ao PB, os dados examinados indicam que o sistema preposicional manifesta alinhamentos inovadores, que afetam não só as preposições *a*, *para* e *em*, na estrutura de argumentos locativos, como também as preposições *a* e *para*, na estrutura de argumentos dativos (conforme verificado nas seções anteriores em relação ao OI). Assumindo-se a ocorrência do núcleo de inclusão na realização de tais predicados, por um lado, e o fato de que os alinhamentos inovadores afetam consistentemente um grupo restrito de preposições (*a*, *para*, *em*), por outro, conclui-se, com Manzini e Franco (2016), que o significado denotacional dessas categorias não determina sua manifestação, uma vez que o significado relevante é derivado do predicado que seleciona o núcleo relacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo seguiu a trajetória de muitos outros na literatura recente, no sentido de enfatizar o caráter inovador do português brasileiro (PB) em relação ao português europeu (PE) e demais línguas românicas. Em particular, examinamos diferenças no sistema pronominal e no sistema preposicional. Em relação ao sistema pronominal, verifica-se, por um lado, a perda do clítico dativo de 3ª pessoa *lhe(s)*, e por outro, sua substituição pelo pronome pleno na estrutura do sintagma preposicional (*para ele/a(s)*; *a ele/a(s)*), em predicados (ditransitivos) de transferência (*João deu o livro pra ele*), distinguindo-se do PE, em que o pronome pleno introduzido por *a* requer o redobro pelo clítico, além de denotar uma interpretação marcada para o pronome (Torres Morais 2006). No PB, o uso da preposição *para* na estrutura sintática do OI indica o alinhamento com a realização sintática do argumento *beneficiário* (Salles 1997), bem como sua realização como um sintagma oblíquo.

Tais fenômenos se confirmam também em verbos como *agradecer/obedecer*, em que o argumento interno é realizado como OD, na 3ª pessoa, enquanto argumentos pronominais de 1ª e 2ª pessoas, marcados como participantes no discurso, requerem o uso preposição *a*.

Argumentamos que tal contraste indica que, na 1ª e na 2ª pessoas, o PB manifesta um tipo de marca diferencial (DOM), encontrado em línguas românicas, como o espanhol, e de forma mais restrita no PE. Um aspecto compartilhado nos casos citados é que os argumentos são marcados pelo traço de animacidade.

Na análise dos dados do PB, examinamos duas abordagens teóricas distintas, formuladas na perspectiva projetivista e constructionista. Assumimos com Manzini e Franco (2016) que a distribuição consistente da mesma preposição nos contextos sintáticos citados (OI e DOM), mediante recortes determinados pelo traço de animacidade (e definitude), em línguas românicas, sugere que se trata de uma classe morfossintática natural, que pode ser analisada como a projeção de uma categoria relacional (que denota transferência e relação parte-todo). Consideramos também a análise de Pineda (2013, 2014), que postula que OI na estrutura de predicados de transferência e de predicados inergativos com argumento DP interno, marcados como dativo e acusativo, é um argumento aplicado na estrutura do predicado por um núcleo aplicativo baixo, que relaciona dois argumentos.

Destacamos ainda alinhamentos inovadores, no PB, no uso da preposição *em* nos sintagmas locativos encaixados na estrutura de predicados com verbo *ir* de movimento e estativos (como em *ir/ ficar no mercado*), o que resulta em alinhamento na realização de locativos com significado alativo e inessivo. Argumentamos que os usos inovadores da preposição nos contextos citados permitem unificar sua distribuição, em termos uma categoria relacional, que introduz o argumento *meta* e o identifica com uma propriedade do predicado, seja o argumento *tema* de uma transferência (ditransitivo), seja um subevento na estrutura do predicado (DOM), seja o *tema* de um deslocamento (inacusativo biargumental).

Concluimos que as questões colocadas pelos dados do PB em relação ao OI podem receber tratamentos teóricos na abordagem da estrutura argumental, que superam a dicotomia rígida entre as visões projetivista e constructionista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Armélis, Paula Roberta Gabbai. 2011. *Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da teoria dos núcleos aplicativos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Inédita.
- Berlinck, Rosane. 1996. Datives, em William Van Belle e Willy Van Langendonck (eds.), *The Dative*, 1 Descriptive Studies, Amsterdam, John Benjamins. 119-151.
- Calindro, Ana Regina. 2015. *Introduzindo argumentos: Uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro*, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Inédita.
- Bonet, Eulália. 1991. *Morphology after syntax: Pronominal clitics in Romance*. Tese de Doutorado, MIT, Cambridge. Inédita.
- Brito, Ana Maria. 2008. Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese Indirect Object, em *Phrasis*, 49 (2): 31–58.
- Calindro, Ana Regina. 2015. *Introduzindo argumentos: Uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro*, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo São Paulo. Inédita.
- Chomsky, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Chomsky, Noam. 2000. Minimalist Inquiries: The Framework, em Roger Martin, David Michaels e Juan Uriagereka (eds.), *Step by Step. Essays on Minimalist Syntax in Honour of Howard Lasnik*, Cambridge, MIT Press: 89-155.
- Chomsky, Noam. 2001. Derivation by phase, em Michael Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, The MIT Press: 1-52.
- Cuervo, María Cristina. 2003. *Datives at large*. Tese de doutorado. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge. Inédita.
- Cuervo, María Cristina. 2010. Against ditransitivity, em *Probus*, 22 (2): 151–180.
- Demonte, Violeta. 1995. Dative alternation in Spanish, em *Probus*, 7 (5)-30.

- Franco, Ludovico e Maria Rita Manzini. 2017. Instrumental prepositions and case: Contexts of occurrences and alternations with datives, em *Glossa: a journal of general linguistics*, 2 (1): 1-37.
- Hale, Kenneth e Samuel Jay Keyser. 1993. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations, em Kenneth L. Hale e Samuel Jay Keyser (eds.), *The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge, MIT Press: 53-109.
- Hale, Kenneth e Samuel J. Keyser. 2002. *Prolegomenon to a theory of argument structure*, Cambridge, MIT Press.
- Harley, Heidi. 2002. Possession and the double object construction, em *Linguistic Variation Yearbook* 2 (1), 31–70.
- Kayne, Richard. 1975. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, MIT Press.
- Kayne, Richard. 1984. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht, Foris.
- Manzini, Rita e Ludovico Franco. 2016. Goal and DOM datives, em *Natural Language and Linguistic Theory*, 34: 197-240.
- Manzini, Rita, Leonardo Savoia e Ludovico Franco. 2017. DOM and dative in Italo-Romance. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/322960024>
- Marantz, Alec. 1997. No Escape From Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon, em *Working Papers in Linguistics*, 4 (2), 201-225.
- Marantz, Alec. 2013. Verbal argument structure: Events and participants, em *Lingua*, 130: 152-168.
- Nevins, Andrew. 2007. The representation of third person and its consequences for person-case effect, em *Natural Language and Linguistic Theory* 25 (2), 273–313.
- Pancheva, Roumyana e María Luisa Zubizarreta. 2017. The Person Case Constraint: The Syntactic Encoding of Perspectiv, em *Natural Language and Linguistic Theory* 36 (1).
- Pereira, Manoel B. 2019. *Predicados bitransitivos do português dialetal do Brasil Central (PBC). Construções de objeto duplo e de redobro do clítico*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Inédita.
- Pesetsky, David. 1995. *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, MIT Press.
- Pineda, Anna. 2013. Double object constructions and dative/accusative alternations in Spanish and Catalan: A unified account, em *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, 2: 57–115.
- Pineda, Anna. 2014. *Les fronteres de la (in)transitivitat: Estudi dels aplicatius en llengües romàniques i basc*, Barcelona: Institut d'Estudis Món Juïc.
- Rabelo, Poliana. 2010. *Argumentos (EPP) Nulos no Português do Brasil em Contextos Oraçionais Finitos e Infinitivos*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília. Inédita.
- Raposo, Eduardo. 1999. Some Observations on the Pronominal System of Portuguese, em *Catalan Working Papers in Linguistics*, 6: 59-93.
- Raposo, Eduardo. 2013. Verbo e Sintagma Verbal, em E. Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, Maria A. Coelho da Mota, L. Segura, A. Mendes (coords.) *Gramática do Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2: 1155-1180
- Roberts, Ian. 2007. *Diachronic syntax*, Cambridge, Oxford University Press
- Salles, Heloisa M. Lima. 1997. *Prepositions and the Syntax of Complementation*. Tese de Doutorado. Bangor University, Bangor, UK. Inédita.
- Souto, Keli. 2014. *Categorias funcionais e lexicais no licenciamento de verbos de trajetória: o caso do verbo ir*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. Inédita.
- Svenonius, Peter. 2002. Icelandic case and the structure of events, em *Journal of Comparative Germanic Linguistics*, 5: 197-225.
- Talmy, Leonard. 1975. Figure and ground in complex sentences, em J. Greenberg (ed.), *Universals in human language*, Stanford, CA: Stanford University Press: 625–649.
- Talmy, Leonard. 1985. Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms, em Timothy Shopen (ed.). *Language Typology and Syntactic Description III: Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge, Cambridge University Press: 57- 149.
- Torrego, Ester. 1998. *The Dependencies of Objects*, Cambridge, MIT Press.
- Torrego, Ester. 2010. Variability in the case patterns of causative formation in Romance and its implications, em *Linguistic Inquiry* 41(3): 445–470.
- Torres Morais, Maria Aparecida. 2006. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. em *Revista da Abralín* 5: 239-266.
- Torres Morais, Maria Aparecida e Rosane Berlinck. 2006. A caracterização do objeto indireto no português: Aspectos sincrônicos e diacrônicos, em T. Lobo, I. Ribeiro, Z. Carneiro e N. Almeida (eds.), *Novos dados, novas análises*, Salvador, EDUFBA: 73–106.
- Torres Morais, Maria Aparecida e Rosane Berlinck. 2007. 'Eu disse pra ele' ou 'disse-lhe a ele': A expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português, em A. Castilho, M. A. Torres Morais, R. Lopes e S. Cyrino (eds.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, São Paulo, Pontes: 61-83.

- Torres Morais, Maria Aparecida e Heloísa M. Lima Salles. 2010. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese, em *Probus* ,22 (2),181–209.
- Torres Morais, Maria Aparecida e Heloísa M. Lima Salles. 2016. The external possessor construction in European Portuguese and Brazilian Portuguese, em M. Kato e F. Ordóñez (eds.), *The morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Oxford, Oxford University Press: 204-235.
- Torres Morais, Maria Aparecida e Rosane de Andrade Berlinck. 2018. O objeto indireto: argumentos aplicados e preposicionados, em S. Cyrino e M. A. Torres Morais (coords.), *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo, Contexto VI: 252-307.
- Torres Morais, Maria Aparecida e Heloísa M. Lima Salles. 2019. Possessivos de 3ª. pessoa na história do Português Brasileiro, em Ch. Galves, M. Kato e I. Roberts (orgs.) *Português Brasileiro. Uma segunda viagem diacrônica*, Unicamp, VII: 174-201.